

Congresso

1992 06 MAR 1992
Um mero detalhe

JORNAL DA TARDE

Como determina a Constituição de 1988, os trabalhos legislativos deveriam ter sido abertos no dia 15 de fevereiro. Mas, como esse dia 15 caiu num sábado, a sessão solene de inauguração do ano legislativo no Congresso Nacional só foi acontecer na segunda-feira, dia 17. Afinal, deputados e senadores não são de ferro e só estavam de férias desde o dia 15 de dezembro. Com o agravante de terem tido esse descanso maculado por uma convocação extraordinária para tentar resolver a questão do pagamento do reajuste de 147% aos aposentados. Problema, aliás, que ainda não foi resolvido.

Esse atraso de dois dias no início do ano legislativo é um pecado menor que em breve deveria ser compensado: acreditava-se, então, que revigorados pelos quase dois meses de descanso, empolgados com os ganhos extras produzidos pela inútil convocação extraordinária, os parlamentares comesçassem a cumprir imediatamente suas obrigações. Esperava-se que eles mergulhassem com vontade e determinação no trabalho, para compensar o segundo semestre, que certamente será muito vazio em Brasília em função da campanha eleitoral.

No texto da mensagem que enviou ao Congresso na ocasião, cumprindo uma obrigação constitucional, o presidente Fernando Collor de Mello, com muito cuidado, diplomaticamente, procurou lembrar aos congressistas as extraordinárias responsabilidades que os esperavam:

"1992 haverá de ser o ano da consolidação e do aprofundamento das conquistas que o povo brasileiro aspira. Para tanto, é imprescindível que o Congresso dê curso e consequência aos projetos que estão sob sua apreciação. Executivo e Legislativo devemos compartilhar decisões, buscar conciliação de interesses, movidos, sempre, pela bússola do interesse nacio-

nal. O diálogo político é a chave para irmos adiante".

Collor se referia a vários projetos já remetidos pelo governo ao Congresso, tais como as emendas constitucionais que visam acabar com os monopólios estatais e facilitar a entrada de capitais externos, a nova lei dos portos e a nova lei de propriedade industrial, instrumentos vitais para o Ministério da Economia conseguir maiores êxitos no combate à inflação sem necessidade de ampliar a recessão e o desemprego.

Passados, no entanto, 20 dias desde o alerta presidencial, o Congresso Nacional ainda não deu o menor sinal de que está fazendo a sua parte. Até o momento nenhum desses projetos sequer foi discutido seriamente, quanto mais estar pronto para ser votado. Nesse tempo todo deputados e senadores, quando estiveram em Brasília, consumiram seu tempo na discussão de assuntos secundários, como a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo, ou com as velhas picuinhas políticas — escolhas de líderes e formação de bloquinhos, blocos e blocões. O que é importante, o que é essencial, foi deixado de lado.

O jogo é meramente político-eleitoreiro, cada lance de cada partido tem como único objetivo as eleições municipais de outubro e, mais remotamente, a sucessão presidencial em 1994. O PMDB do sr. Orestes Quêrcia, por exemplo, está impedindo que seja votada a criação da Secretaria de Governo e emperrando toda a pauta de votação no Congresso. O partido quer votar antes um projeto do Legislativo que obriga o governo a pagar imediatamente os 147% aos aposentados, numa clara tentativa de colher frutos eleitorais. Como não consegue apoio das bancadas governistas para isso, boicota todo o funcionamento do Legislativo.

A população, como dizia uma personagem de um programa humorístico de televisão ironizando o comportamento da ex-ministra da Economia, é um mero detalhe.